

Resenha

A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista de Ruy Braga, 2012, São Paulo, Boitempo

Marcela Fernanda da Paz de Souza*
Ludmila Maria Noronha Souza**

Um grande esforço e brilhantismo teórico e reflexivo demarcam a obra de Ruy Braga, cujos argumentos analíticos repousam, sobretudo, no marxismo e na sociologia pública de Michael Burawoy. O livro invoca a preocupação com as condições do precariado na história social brasileira e demonstra que a proposta da objetividade científica não implica em uma neutralidade de ordem política ou moral. Nestes termos, Michael Löwy teceu no prefácio a oportuna observação: “obra eminentemente radical, crítica e subversiva, inspirada por um compromisso com a causa do ‘precariado’, sua autoatividade e sua luta emancipadora” (2012, p. 11). Com uma ousadia intelectual e de síntese, enfatiza Löwy, a obra desvela-se em um marxismo *trotsko-gramsciano*.

A compreensão da lógica da política do precariado é o caminho para Braga empreender uma crítica do populismo fordista à hegemonia do ‘lulismo’ à medida que esta política constituiu-se fundamental na transição do fordismo periférico a um pós-fordismo financeirizado. A hipótese estabelecida é de que “o lulismo se caracteriza como *superação dialética* - no sentido da *Aufhebung* hegeliana: *nega, conserva, e eleva* a um patamar superior - do populismo brasileiro” (Löwy, 2012, p. 11).

Na seção Memorabilia, Braga demonstra os caminhos teóricos e metodológicos que implicaram na resignificação do termo precariado como *proletariado precarizado*. Para tanto, demonstra a necessidade de se pensar o conceito de precariado em uma realidade de capitalismo periférico como o brasileiro e não em uma realidade adversa ao país, como a exemplo da apropriação do conceito por Robert Castel nos países de capitalismo avançado.

A fim de resignificar o termo precariado,

utilizou a dimensão do lumpemproletariado e da população pauperizada presente no conceito marxista de “superpopulação relativa” por considerá-la inerente ao modo de reprodução capitalista. Para realizar esta abordagem foi necessário, portanto, separar os grupos mais qualificados e remunerados inseridos nos *setores profissionais* das parcelas do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas explorados e com os menores salários.

A primeira parte da obra, ‘A formação do avesso’ e a segunda, ‘A transformação do avesso’ comungam-se. São ‘solidárias’, nos termos de Braga, no percurso traçado para compreender como ocorreu a trajetória, desde a formação, do moderno precariado proletarizado. O caminho inclui a análise no período do populismo, as suas modificações no ciclo grevista no final dos anos 80, até a regulação no governo Lula. Este percurso implica a compreensão da política do precariado na passagem do fordismo periférico para o pós-fordismo financeiro.

A fim de testar esta hipótese, privilegia-se a análise da formação e das transformações inerentes ao moderno proletariado brasileiro e verifica-se como ocorreram as relações deste proletariado com o Estado e o movimento sindical. E, finalmente, realiza-se a análise sociológica do populismo até o Novo Sindicalismo para, então, aprofundar-se na sociologia do lulismo.

Braga inicia o primeiro capítulo, ‘O espectro do povo’, com a seguinte interrogação: “Até que ponto a hegemonia lulista pode ser considerada um fenômeno politicamente ‘novo’?”

O primeiro capítulo apresenta a formação da ‘Nova Classe Operária’, entre as décadas de 1950 e 1970, dedicando-se, especialmente, ao estudo da parcela

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes DS. Bolsista PDSE-10566/12-0.

Email: marceladapaz@yahoo.com.br

**Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes-DS.

Email: ludmilanoronha@yahoo.com.br

jovem e precarizada. No nascimento do classismo prático, em um contexto da mudança do taylorismo primitivo para o fordismo periférico, Braga se dedicou a revisitar de forma refutacional as etnografias operárias e estudos de caso. Um ponto primordial foi demonstrar que as pesquisas iniciais teceram-se em uma abrangência da sociologia profissional marcada, nas décadas de 1950 e início de 1960, pelas reflexões referentes ao subdesenvolvimento, ao problema da modernização das relações de trabalho no âmbito da formação da indústria fordista com características periféricas; enfim, à reflexão referente ao “desafio da modernização da periferia capitalista”. Entretanto, o estudo do autor procurou contextualizar ideologicamente a teoria aplicada no campo através de um conhecimento reflexivo na tentativa de aproveitar de forma multifacetada as riquezas dos dados etnográficos. A análise apresentada por Braga contornou “as perspectivas de superação do subdesenvolvimento, da relação da sociologia com o marxismo e, por fim, entre o precariado fabril e as políticas populistas, em especial, entre 1956 e 1968” (2012, p. 30).

Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes são duas referências da sociologia industrial e do trabalho no Brasil. No que tange aos estudos de Rodrigues (1966), Braga explica que o volume *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* colocou-se ao encontro do objetivo tecido pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) que era verificar como a modernização industrial brasileira relacionava-se com a mobilização da força de trabalho. Desta forma, Rodrigues empreendeu um estudo sobre o movimento sindical em um período de consolidação do fordismo periférico e direcionou sua atenção para os migrantes provenientes da área rural, uma massa marginalizada e desejava de conquistar um espaço profissional e qualidade de vida na metrópole.

A leitura apresentada por Rodrigues situou o precariado representado por um sindicalismo populista, cujos trabalhadores eram conduzidos como uma massa de manobra. Enfatizou, neste cenário, a passividade política na relação entre sindicalistas e trabalhadores. Contrariamente, baseando-se na pesquisa de Jorge Migliogli, *Como são feitas as greves no Brasil?* (1963), sobre as greves nas indústrias paulistas, Braga demonstra que Migliogli interpretou-as em um sentido de procedimento racionalizado; de forma distinta das primeiras décadas do século XX, as greves eram produto de um esforço metódico e disciplinado, através do diálogo e da interação com os líderes sindicais - os operários despontaram como autênticos protagonistas.

Se a teoria dualista empreendida por Rodrigues no campo de pesquisa impede o reconhecimento de uma análise alternativa de relação entre o operariado, Braga recorre às etnografias operárias realizadas por Lopes entre os anos de 1956 e 1958 para a análise da relação estruturada pela *auto-organização política* do jovem operariado migrante. E, para tanto, utiliza as revistas arqueológicas empreendidas por Antônio Luigi Negro e Paulo Fontes para analisar os estudos de Lopes e de Rodrigues.

A pesquisa de Lopes foi realizada no estabelecimento de um programa profissional de pesquisa com o objetivo de compreender como ocorreu a formação do operariado no país. Para ele, havia duas realidades distintas, a capitalista avançada e a subdesenvolvida, que apresentam implicações na sociologia brasileira. As diversas faces da industrialização do Brasil foram lidas, tanto por Lopes, quanto por Rodrigues, em um contexto de modernização em sociedades cuja industrialização foi desenvolvida de forma tardia. Conforme Braga, “a principal preocupação da sociologia profissional do trabalho foi conseguir articular teoricamente o regime de acumulação despótico ao modo de regulação populista” (2012, p. 67).

Os estudos de Lopes demonstraram os efeitos da mudança de profissão do lavrador rural nordestino em trabalhadores fordistas sem qualificação. Nesta interpretação, o lavrador não se adaptou à condição operária precária; entretanto, com o enfraquecimento da ação coletiva deste jovem precariado, sem uma consciência de classe, não houve uma prática sindical que resultasse nas defesas dos direitos que este trabalhador esperava encontrar no trabalho e no bem-estar, de uma forma geral, no momento da migração.

As refutações aos estudos de Rodrigues e Lopes despontaram no início dos anos 1970 e se concentraram nas mudanças relacionadas ao conhecimento do objeto e ao objeto do conhecimento. De uma forma geral, estas contraposições se dividiram em dois eixos: por um lado, o problema da consciência de classe e, por outro, o problema do subdesenvolvimento capitalista. Braga demonstra que os desafios inerentes ao processo migratório, à segregação social e urbana e às “formas despóticas absoluta e relativa de extração do excedente, característica do fordismo periférico” (2012, p. 84) impulsionaram a experiência coletiva do precariado mobilizada em prol da garantia dos seus direitos trabalhistas e sociais, presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Verificou-se, portanto, não uma relação de passividade, mas, sim, ativa dos

operários com os sindicatos e os partidos operários.

Embora reconheça a importância da análise de Negro e Fontes no objeto de conhecimento, Braga demonstra que ambos pouco acrescentaram ao conhecimento do objeto, à constituição de uma sociologia do proletariado, com a subestimação dos estudos de Weffort e Miglioli e de uma fração dos dados e interpretações etnográficas de Lopes e Rodrigues. O trabalho de Negro e Fontes encerra um ciclo de pesquisas sobre o populismo apresentado pela sociologia profissional, mas em razão do esvaziamento da problemática de ordem sociológica. O objetivo de ambos não circundava a constituição sobre a ciência da experiência operária.

‘O Fatalismo dos Fracos’ é o nome do segundo capítulo, cujo objetivo é a aproximação de uma teoria que ajuda a compreender as metamorfoses do precariado em contextos periféricos e auxilia na compreensão da arqueologia e das transformações da hegemonia lulista. Braga indica que as sociologias aplicadas, pública e também crítica do trabalho, tecidas durante a década de 1960 e o início dos anos 1970, auxiliam nesta investigação e fornecem instrumentos para a leitura da regulação populista. Estes distintos estilos sociológicos oferecem uma dimensão-chave na investigação do ‘fatalismo dos fracos’. Fatalismo este que encerra a forma como os fracos se revestem de uma vontade real e ativa. Os estudos de Weffort, Pereira, Oliveira e, especialmente, as contribuições da sociologia pública de Burawoy foram centrais na releitura teórica do classismo prático.

Por sociologia pública, Burawoy compreende genericamente um ‘estilo’ reflexivo e engajado de se fazer sociologia, isto é, orientado prioritariamente para audiências extra-acadêmicas, e que não confunde a indispensável busca da objetividade científica - incluindo todas as exigências éticas e compromissos valorativos inerentes a essa busca - com a adoção ostensiva de uma neutralidade moral ou mesmo política. Ao contrário, um estilo de se fazer sociologia que procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos a partir da centralidade axiológica dos conhecimentos subalternos (Braga, 2012, p. 32).

Um ponto importante é a ideia de “inquietação social” como eixo de análise, capaz de desconstruir as dimensões de passividade e de manipulação que eram utilizadas para caracterizar o operariado migrante camponês e os demais operários já presentes na vida urbana. A reflexão sociológica crítica pôde contribuir para elucidar o caráter de autoatividade

política, em especial da fração jovem e precarizada, das massas trabalhadoras periféricas, aspecto fundamental para compreensão do operariado que a sociologia profissional do trabalho subestimou. Recorrendo à reflexão gramsciana, Braga (2012) ressalta a necessidade de analisar ‘a transformação do subalterno ‘irresponsável’ em protagonista’ (p. 107).

A proposta de investigação da *interdependência antagonista*, recorrendo às sociologias pública e crítica do trabalho, à aplicada e, também, à sociologia profissional, tornou-se decisiva na delimitação interpretativa da inquietação operária em um cenário do populismo. Se por um lado Albertino Rodrigues encontrou na análise da burocracia sindical com o precariado fabril um sindicato caracterizado pela burocracia estatal, por outro, verificou sindicatos cujas bases estavam focadas em lutarem por seus direitos. O sindicalismo brasileiro constituiu-se, naquele momento, em matriz de mudança, mas, também, de imobilismo. A auto-organização do precariado fabril, a dinâmica e a visão independente da classe trabalhadora sobrepujaram as noções outrora sedimentadas de passividade e incapacidade política.

A interpretação deste ‘Novo Sindicalismo’ encontrou em Weffort um dos mais destacados estudos no início da década de 1970. Analisou-se o caráter de sujeito político do trabalhador participante do movimento operário, desvinculando o movimento de uma interpretação estruturalista que age sob a ação das forças externas ao próprio grupo. Esta constatação foi verificada, por exemplo, no cenário das greves de Osasco e de Contagem, em 1968.

No âmbito da regulação, o regime populista assistiu, com o golpe de 1964, à própria derrocada política. Em uma análise global do modelo de desenvolvimento fordista periférico esta reação permitiu reconciliar a regulação política à natureza despótica do regime de acumulação. Em um momento, houve as demandas defensivas no ciclo das greves gerais do operariado em São Paulo, no período que se estendeu entre 1953 e 1957, para, no momento subsequente, iniciar um ciclo ofensivo de demandas - já nos anos seguintes, de 1961 a 1964. Conforme Braga,

a reação autoritária ao aumento da pressão das massas trabalhadoras sobre os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico catalisou [...] a transformação do precariado metalúrgico em um poderoso sujeito político (1992, p. 37).

A segunda parte do livro, “A transformação do avesso”, recorre à análise histórica do classismo

prático presente nas etnografias e nos estudos de caso do amadurecimento político do precariado metalúrgico. Concentra-se em compreender a arqueologia que consolidou a hegemonia lulista (capítulo 3) e investiga a transformação desta hegemonia, resultando no cenário que Chico de Oliveira caracterizou como a “hegemonia às avessas” (capítulo 4). Verificou-se, sobretudo, que o novo sindicalismo sobrepujou ao populismo criando as condições para a arqueologia do lulismo.

No terceiro capítulo “O sorriso dos explorados”, Ruy demonstra como ocorreu a superação dialética, na qual o jovem operariado migrante tornou-se uma força política robusta que apresentou um papel fundamental em duas direções: por um lado, reconfigurou o movimento sindical brasileiro e, por outro, constituiu-se essencial para a derrocada do regime militar. O período histórico delineado seguiu às greves de Osasco e Contagem, em 1968, até o ano de 1981, quando ocorreram as greves na Ford. Realizou-se uma reconstrução etnográfica da relação estabelecida entre a burocracia sindical de São Bernardo com a *praxis* política do operariado metalúrgico.

As modificações da burocracia sindical foram analisadas até o novo sindicalismo. Nos anos 1970, a insatisfação com os salários, as condições de trabalho e a ação clandestina dos agrupamentos políticos impulsionaram uma mobilização operária que eclodiu o ciclo de greve mais expressivo da história do país. À medida que a prática da burocracia sindical de São Bernardo - em razão da pressão operária e da dificuldade em realizar alianças empresarial-militares - subverteu a legalidade imposta pelo regime, o sistema autoritário avaliou estas greves como ilegais. Mas, com a derrota da greve de 1980, a burocracia sindical reassumiu o lugar na estrutura oficial. Como havia as conquistas da greve da Ford, a burocracia manteve uma relação de consentimento do operariado mantido na regulação dos conflitos fabris, mas sob o controle da empresa. Embora com conflitos, ocorreu o reestabelecimento da direção das bases à estrutura oficial. E, por outro lado, a burocracia mostrou-se sensível às reivindicações das bases e contou com a participação do operariado que despontava no trabalho organizativo das empresas, como ocorreu com a trajetória de Lula da Silva.

A articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases sustentando a existência dos primeiros vestígios para a construção de uma hegemonia lulista indica a natureza reformista desta prática política. A forma de dominação social que germina neste cenário

político encontra sustento para se desenvolver numa dinâmica de “pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado” (Braga, 2012, p. 179).

“A angústia dos subalternos”, quarto capítulo, perpassou empiricamente a dialética do lulismo a fim de compreender a transição da inatividade política (ainda que aparente) para o período da ação reivindicativa. A essência da dialética consiste:

em combinar o *consentimento passivo das massas* - que seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo - com o *consentimento ativo das direções sindicais* - seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 37).

A sociologia do precariado pôde ser testada na explicação da hegemonia lulista em uma pesquisa sobre a indústria paulistana de *call center*. O setor de telemarketing foi considerado um campo essencial na análise das modificações do precariado brasileiro, na qual focalizou-se a relação entre o novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado e a constituição dos teleoperados brasileiros - categoria esta formada em sua maioria por trabalhadores jovens, semi ou não-qualificados, terceirizados, recebendo subsalários. As relações trabalhistas se inserem em um cenário cuja organização coletiva sofre barreiras para se desenvolver. Estas condições são um reflexo exato do precariado fordista nas condições sociais periféricas. O setor engloba as características do atual regime de acumulação pós-fordista nos países periféricos: a terceirização empresarial; a privatização neoliberal; a financeirização do trabalho. O renascimento do embrião do classismo prático insere-se em um contexto pós-fordista cuja prática classista é relacionada à representação sindical amparada, sobretudo, nas políticas públicas federais.

A hegemonia lulista, verificada nos estudos de Braga, contextualiza-se entre a inquietação social e a vontade ativa. A experiência dos teleoperadores situa o precariado brasileiro pós-fordista e embasa a *construção de uma sociologia da inquietação operária*, capaz de captar os teleoperadores em um contexto de baixos salários. Estes operários de uma forma específica tendem a se dedicar à qualificação profissional; o tempo com o trabalho no *call center* é compartilhado, portanto, com uma faculdade noturna. Outro ponto a ser ressaltado é

que os mesmos procuram os subsídios nos direitos adquiridos pelos programas sociais do governo.

As lutas do precariado por salários e condições de trabalho justas exigiram do sindicato uma iniciativa a fim resolver os conflitos inerentes às circunstâncias do crescimento do setor. A questão é que os sindicatos procuram amenizar os conflitos inserindo o trabalhador no cenário atual do modo de regulação ao criar condições para o mesmo se aproximar de forma efetiva das políticas públicas. Mas há o reverso desta aproximação: as reduzidas contrapartidas da cidadania salarial pós-fordista. As reivindicações e a realidade de luta pelos direitos no cenário operário atual é distinta à realidade operária de cinquenta anos: as mulheres não trabalham como domésticas na mesma proporção anterior, dedicam-se às atividades de escritório e de teleoperadoras e cursam faculdade noturna. Ele demonstra na obra que estas mulheres já iniciaram as jornadas reivindicatórias com as greves operadas no setor. Estas manifestações são consequências “dos baixos salários, da alta rotatividade, da intensificação dos ritmos de trabalho, da discriminação racial, do assédio sexual e do adoecimento que marcam o setor” (p. 219).

Em “Let’s play that?” Braga argumenta sobre a improbabilidade de efetivar conclusões, pois à medida que despontam hipóteses e possibilidades de investigação futuras há a necessidade de inventariar os achados das pesquisas. Há uma passagem, todavia, encerrando de maneira clara a reflexão de Braga sobre a política do precariado em um caminho do populismo à hegemonia lulista:

Mesmo que à custa da “destruição dos músculos da sociedade civil brasileira”, como argumentou Chico de Oliveira, a hegemonia lulista é a superação dialética do populismo. No entanto, vale destacar que a investigação do grupo de teleoperadores da cidade de São Paulo permitiu-nos observar a gestação de um instinto reformista plebeu, implícito, velado, envergonhado de si mesmo, mas ainda assim um autêntico instinto classista em estado prático, aparentado daquela práxis que marcou a história do precariado fordista no Brasil. E esse embrião de reformismo plebeu já ameaça mostrar-se impaciente com o conformismo daqueles que se deixaram transformar em instrumentos do atual modelo de desenvolvimento (2012, p. 230).

No final do livro são apresentados 12 artigos de intervenção publicados por Braga, no período de 2011 e 2012, no *Blog da Boitempo* e no jornal Folha de São Paulo; os mesmos foram inseridos

no anexo, pois indicam momentos do processo da reorganização dos movimentos populares no país e convergem para a temática do último capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CASTEL, Robert. **Et maintenant, le “precariat”**. Le Monde, 29 abr. 2006.
- LAGE, Daniel. **Reflexões sobre a “A política do Precariado” de Ruy Braga**. In: Revista Ciências do Trabalho, nº 2, 2014.
- Löwy, Michael. Prefácio. In: **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MIGLIOLI, Jorge. **Como são feitas as greves no Brasil?** São Paulo: Civilização Brasileira, 1963.
- RODRIGUES, Leôncio. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- NETO, José Guirado. A política do precariado. In: **PLURAL**. Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, p. 175-182.